

ANEXO IV — FICHA RESUMO

MODELO DE FICHA RESUMO COMUM A TODAS AS MODALIDADES

NÃO DEVE CONTER quaisquer menções que remetam ou permitam a identificação da autoria, da responsabilidade técnica, da equipe envolvida, da instituição de ensino, do órgão ou entidade pública, do escritório, da empresa ou de qualquer outra pessoa física ou jurídica associada ao trabalho, prática ou iniciativa.
RESUMO (até 250 caracteres com espaços):
O projeto propõe a adaptação urbana e mitigação de riscos no Rio dos Bugres em Santos frente às mudanças climáticas. Integrando Cidades Esponja e HIS, promove resiliência, regeneração ambiental e inclusão socioterritorial contra a elevação do mar.
PALAVRAS-CHAVE (de 2 a 5 termos):
1-Elevação do Nível do Mar, 2-Reassentamento de Comunidades Vulneráveis, 3-Cidades Esponja, 4-Recuperação de Manguezais Degradados, 5-Inclusão Socioterritorial em ZEIS
TEXTO SÍNTESE (até 1.500 caracteres com espaços):
O trabalho "Da Inundação à Inclusão" consolida uma resposta arquitetônica e paisagística ao desafio global das mudanças climáticas, alinhando-se ao tema transversal de mitigação de riscos, adaptação e resiliência. Inserido no Rio dos Bugres (Dique da Vila Gilda), território classificado como ZEIS-1 na Baixada Santista, o projeto atua diretamente sobre a injustiça climática: uma ocupação de palafitas sobre manguezais, criticamente ameaçada pela Elevação do Nível do Mar intensificada pelo aumento da temperatura. Com rigor metodológico e coerência conceitual, a proposta articula um diálogo interdisciplinar entre habitação de interesse social (HIS), desenho urbano e ecologia. Fundamentado no "Direito à Cidade" (Lefebvre e Harvey) e na vitalidade dos espaços (Jacobs e Gehl), o projeto promove a inclusão socioterritorial de uma população historicamente segregada. De forma criativa, a intervenção rompe com a lógica convencional de aterramento. Adotando o conceito de "Cidades Esponja" (Kongjian Yu) e Soluções Baseadas na Natureza, o projeto propõe terraços alagáveis que restauram o ecossistema do manguezal, atuando na absorção hídrica e no amortecimento de marés extremas. As tipologias habitacionais garantem moradia digna, conforto ambiental e o estrito cumprimento da Lei de Acessibilidade (Lei nº 13.146/2015). Integrando infraestrutura verde e urbanismo social, o trabalho transforma a vulnerabilidade em um modelo replicável de justiça socioespacial e sustentabilidade.